

# Sumário

Apresentação do autor (Alexandre Wunderlich) . . . . .	15
Introdução . . . . .	19

## PARTE I

### Fundamentos dos modelos tradicionais de ciências penais integradas

1. Legitimação intradogmática do modelo integrado . . . . .	25
1.1. Discursos de sustentação do direito penal matenal . . . . .	25
1.1.1. Bem jurídico: construção dogmática . . . . .	25
1.1.2. Funções atribuídas à pena . . . . .	28
1.1.2.1. Teoria absoluta ou retributivista . . . . .	29
1.1.2.2. Teoria relativa ou prevencionista . . . . .	31
1.1.2.2.1. Prevenção geral . . . . .	32
1.1.2.2.2. Prevenção especial . . . . .	33
1.1.2.3. Teoria mista . . . . .	35
1.2. Discursos de sustentação do processo penal: segurança pública e verdade . . . . .	37
1.2.1. Processo Penal e segurança pública . . . . .	37
1.2.2. Verdade e atuação judicial . . . . .	38
2. Consequências político-criminais dos discursos legitimadores . . . . .	41
2.1. Distinções conceituais: intervenção máxima e direito penal máximo . . . . .	41
2.2. Discursos de sustentação extradogmático do modelo integrado de ciências penais . . . . .	43
2.2.1. O movimento de lei e ordem . . . . .	43
2.2.2. A política de janelas quebradas (tolerância zero) e a relação com o movimento de lei e ordem . . . . .	44
2.2.3. Variável: a esquerda punitiva . . . . .	48
3. Direito penal do inimigo: novos elementos de refundação do modelo integrado repressivista . . . . .	51

## PARTE II

### Crítica e refundação dos modelos integrados de ciências penais

Introdução . . . . .	61
1. Pressuposto constitucional: Estado de Direito . . . . .	63

2. Modelos integrados de ciências penais e respeito aos direitos humanos . . . . .	67
3. Crítica aos discursos de legitimação interna do direito penal: teoria agnóstica e redução de danos . . . . .	75
3.1. O (falacioso) discurso sobre a missão do direito penal . . . . .	75
3.2. O potencial maximizador das teorias da pena e a perspectiva agnóstica . . . . .	82
3.2.1. Pena: entre a ciência política e a jurídica . . . . .	89
4. Processo penal como instrumento de garantias . . . . .	93
5. Crítica aos fundamentos extradogmáticos de intervenção . . . . .	99
5.1. (In)eficácia do modelo de política criminal repressivista no controle da criminalidade: cifras ocultas e aumento da violência penal . . . . .	99
5.2. Tensão entre direito penal mínimo e direito penal máximo . . . . .	105
Conclusão . . . . .	111
Referências bibliográficas . . . . .	115